

NÃO PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3713/3726/3728

BISSAU

MOMENTO ELEITORAL



«Todo o poder vem do povo que o delega à Assembleia Nacional Popular para exprimir a sua vontade soberana»

Terminado às 24 horas de terça-feira o prazo para as candidaturas e elaborada a lista provisória dos candidatos a conselheiros regionais, a Comissão Eleitoral Nacional concede tolerância de ponto a partir das 17 horas

de hoje, quinta-feira, para todos os trabalhadores da Função Pública e de empresas privadas, em todo o território nacional, a fim de participarem em reuniões de esclarecimento sobre o momento eleitoral. Os locais de encontro

serão indicados pelos delegados da Comissão para os bairros.

Será apresentada a lista provisória dos candidatos para o sector autónomo de Bissau, que constará de 63 pessoas, sendo as três últimas, suplentes.

Ontem foram divulgados os nomes de 40 candidatos do Partido e mais três suplentes.

Em Bissau, as reuniões para as candidaturas desenrolaram-se em todos os

Continua na pag. 8)

Presidente Luiz Cabral no interior do país

O camarada Presidente Luiz Cabral visitou ontem a nova região de Bissau. Era acompanhado por uma importante delegação do Partido e Estado, formada pelos camaradas Umarú Djaló, do CEL do Partido, Vice-Presidente do Conselho de Estado e Chefe do Estado Maior das FARP, Paulo Correia, do CEL do Partido e Presidente do Comité de Estado da Região de Bissau, e vários outros responsáveis do Partido e do Estado.

Em Quinhamel, Pandin, Bissá, Blóm, Ondamé e Pickie, o camarada Presidente foi sempre alvo de um caloroso acolhimento por parte da população que, gritando vivas ao PAIGC e outros slogans revolucionários, demonstrou ao primeiro dirigente da nação a sua inteira fidelidade e a certeza de que o PAIGC é de facto o único e verdadeiro representante do nosso povo na Guiné-Bissau e em Cabo Verde.

Em Quinhamel, o Presidente Luiz Cabral, depois de ouvir as saudações da população que, em fila, ladeavam a estrada, dirigiu-se ao local indicado para um comício com a população. Depois de ter falado o camarada Saido N'Daye, Presidente do Comité de Estado do Sector de Biombo, em nome de toda a população daquela área, o camarada Luiz Cabral proferiu um importante improvisado, na qual historiou o nascimento e as razões que levaram o nosso imortal líder Amílcar Cabral e seus companheiros a criarem o instrumento de luta do nosso povo, que é o PIAGC.

«O nosso Partido libertou a nossa terra mas foi com um grande trabalho e sacrifício. Libertou a nossa terra da Guiné e Cabo Verde. Terras que sofreram 500 anos de dominação. Os colonialistas fixaram-se solidamente na nossa terra. Não há quem possa contar isso melhor que o povo da área de Biombo, que sabem como

é que os colonialistas conseguiram penetrar na nossa terra. As armas e os filhos da terra é que enganaram o povo. Se conhecessem a história da nossa terra poderão ver que os tuguas nunca conseguiram dominar completamente os Países. Honório Barreto que era filho da Guiné, saiu lá das bandas de Cacheu para vir enganar o povo aqui. Foi por isso que este deixou as armas e que os tuguas pegaram nela outra vez para massacrar e para dominar o nosso país. Aquela guerra que perdemos no tempo dos nossos antepassados, foi essa guerra que o nosso Partido retomou outra vez. As armas que dominaram o nosso povo, foram as armas que correram daqueles colonialistas, até conseguirmos proclamar a nossa independência e a nossa liberdade».

Mais adiante o camarada Presidente referiu-se a todo o atraso sócio-económico do nosso povo tal como a exploração de todo o homem africano que sempre foi considerado como uma máquina de trabalho: «Não há coisa melhor neste mundo do que a independência e a liberdade. Mas, para nós essa liberdade tem que ser a mesma liberdade. Vemo hoje que os homens andam de avião por todo o lado. Vemos carros de todos os feitios e qualidade no mundo. Sabemos que um homem foi até a Lua e voltou vivo. Também sabemos que a África é um continente atrasado. Mas isso não é porque há no mundo homens mais inteligentes do que os africanos. Não é porque o branco é melhor que o africano. É porque os colonialistas, desde que chegaram à África, não deixaram o africano avançar. Fizeram de africano uma máquina de trabalho. Trabalhar para ele, para os enriquecer. Na nossa terra o colonialista chegou pobre, com umas calças uma camisa e uma mala na mão. Mas depois de viver algum

(Continua na página 6)

Nino Vieira regressou de Cuba

Procedente da República irmã de Cuba, chegou no princípio da noite de terça-feira passada a Bissau, a delegação do Partido e Estado que representou o nosso país nas comemorações do XX Aniversário do Granma. Era dirigida pelo camarada João Bernardo Vieira (Nino), do Secretariado Permanente do Comité Executivo de Luta do Partido e Comissário de Estado das Forças Armadas e integrada pelos camaradas André Gomes, do CEL do Partido e responsável pelo Departamento de Pessoal e Quadros das FARP, Anhono da Cunha, do Estado Maior das FARP e Juvêncio Gomes, do CSL do Partido e Presidente do Comité de Estado da Cidade de Bissau.

CRUZ PINTO PARTICIPOU NAS COMEMORAÇÕES DO TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA A.J.D.

Regressou ontem a Bissau, o camarada João Cruz Pinto, Procurador Geral da República, que se deslocara a Paris, representando os juristas da Guiné e Cabo Verde, nas comemorações no trigésimo aniversário da fundação da Associação Internacional de Juristas Democratas. Estas comemorações tiveram lugar na capital francesa de 10 a 13 deste mês. À chegada, o camarada Procurador da República e Vice-Presidente desta Associação há oito anos, disse que durante as comemorações, vários representantes fizeram intervenção na sessão plenária. Durante a sua intervenção agradeceu à Associação Internacional de Juristas Democratas que,

desde sempre apoiaram a luta de libertação dos povos da Guiné e Cabo Verde e que agora seguem de perto a criação e o desenvolvimento do nosso Estado que, pôs de pé uma administração de instituições democráticas, ao serviço do povo.

Quanto ao papel dos juristas da Guiné e Cabo Verde, ele frisou que «nós temos uma missão bastante importante a desempenhar. A Associação de Juristas da Guiné e Cabo Verde foi criada em Maio deste ano, aquando do encontro de juristas dos dois países irmãos». Também disse que essa Associação tem como objectivo, no interior, de mobilizar os juristas a volta

dos princípios e das obras da edificação de uma sociedade livre de exploração e de estabelecer no exterior, relações de militantismo, de amizade com a Associação e com todas aquelas que trabalham para o mesmo fim. Na sua intervenção o camarada Cruz Pinto salientou também que os juristas da Guiné-Bissau foram chamados em 1974 a preparar os textos vogais que serviriam de base à Assembleia Nacional Popular para proclamar a existência de um Estado soberano, dotado de uma Constituição e de um Executivo.

(Continua na página 6)

A moleza dos professores

Há certos professores na nossa terra que são moles, preguiçosos e mal entendidos. Muitos vêm que um aluno não sabe nada, não ligam, têm preguiça, só ensinam a quem querem. Isso não está certo, um professor da nossa terra tem que ensinar a todos, mesmo aos que não querem aprender, têm que ter paciência, coragem, porque a nossa terra está cheia de analfabetos, a nossa terra ainda é nova, onde há muitos e muitos meninos para ensinar.

Temos de eliminar esses professores inconscientes, nervosos que não falam bem português. É preciso que os camaradas da Educação Nacional e Cultura vejam os melhores professores da nossa terra para pôr à frente e encorajar os outros professores moles: a melhorar. É preciso eliminar os professores que durante as aulas ensinam uns mais do que outros só porque gostam mais deles. Os professores devem lembrar-se sempre de que ensinar é aprender mais ainda, cada professor que ensinar bem deve-se sentir feliz e com coragem para derrotar o analfabetismo.

Camaradas professores é preciso ter coragem, deixar a boa vida para trás, trabalhar para ter respeito, trabalhar conscientemente, ganhar o dinheiro debaixo do suor. A todos os professores da nossa terra desejo coragem e disciplina.

António José Oliveira

Porque não dizer a verdade?

Acho que é minha obrigação, como filho desta terra que sou, denunciar certos casos incorrectos que ocorrem no dia a dia do nosso povo. Quero apenas confirmar, por minha parte, aquilo de que os consumidores têm-se queixado. A vergonhosa especulação das mercadorias e a própria roubalheira de alguns empregados.

No sábado, encontrei-me com uma amiga que me contou que tinha comprado algumas latas de tomate pelado no Supermercado a 35 pesos. A saída encontrou-se com um alto funcionário dos Armazéns do Povo que, na brincadeira disse-lhe: Ah, com que então, tomate barato hem? Depois de ela ter dito que cada uma custava 35 pesos, ele dirigiu-se ao responsável e perguntou-lhe quanto custava cada lata. O encarregado disse-lhe que custava 28 pesos. O outro funcionário disse à minha amiga que tivesse calma, que não se exaltasse para não criar problemas. Mas, o responsável, atrapalhado disse que antigamente era vendida a 35 pesos, e que talvez por isso, o empregado tivesse enganado no preço. Mas é o responsável ou o empregado que marca os preços das mercadorias. Essa minha amiga que já tinha comprado quatro latas, pôde comprar cinco.

Camaradas consumidores, temos que estar vigilantes porque isso não acontece só com as latas de tomate pelado ou só no supermercado. Juntos temos que denunciar aqueles que não defendem os interesses do nosso povo. Temos que unir e fazer uma campanha contra a especulação para que a nossa terra possa caminhar segundo as linhas do PAIGC.

Muscata Diouf

Luiz Cabral sauda Lamizana

Por ocasião do 16.º aniversário da República do Alto Volta, o camarada Luiz Cabral, presidente do Conselho de Estado, enviou ao Presidente Hadj Aboubacar Sangoule Lamizana o seguinte telegrama:

«Por ocasião do 16.º aniversário da proclamação da República voltaica é-me agradável, em nome do nosso povo e da Direcção Nacional do PAIGC do Conselho de Estado da República da Guiné-Bis-

sau, assim como em meu nome pessoal endereço a Vossa Excelência as nossas mais calorosas felicitações, e os nossos votos mais ardentes de felicidade pessoal e de prosperidade para o povo irmão

voltaico. Estamos certos de que as relações de amizade, solidariedade e cooperação tomarão um novo impulso no quadro da CEDEAO para o progresso dos nossos dois povos amigos.

Delegação do CSOM visita o País

Proveniente do Egipto, chegou ontem ao nosso país uma delegação do Conselho Superior das Obras Muçulmanas que vem assistir ao lançamento da primeira pedra do Centro Cultural Islâmico do Gabú. A delegação é chefiada pelo Secretário-Geral do Conselho Supremo dos Assuntos Islâmicos e Presidente do Comité Supremo para o pa-

trimónio dos cidadãos egípcios no estrangeiro, Mohammed Tawfik Ewaida. Dela fazem parte o Chefe do Departamento de Francês na Universidade Al-Azhar, Doutor Ahmad Fouad Abdel Méguid, o Engenheiro Chefe, M. Wafik Badre e o Director-Geral do Conselho Supremo dos Assuntos Islâmicos para os Assuntos Africanos, Emam El-Masri.

Lucette Cabral, em França

Respondendo a um convite da Agência France Press, partiu para França, na sexta-feira passada, a camarada Lucette Cabral, directora-geral da Agência Noticiosa da Guiné-Bissau e esposa do Presidente Luiz Cabral. Em Paris, a camarada Lucette será recebida pela Senhora Giscar D'Estaing e pelo Secretário da Unesco, Amadou Mocktar M'Bow.

Delegados da ANS em Bissau

Chegaram ontem à nossa capital o Vice-Presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Amadou Bouta Gueye e o Secretário-Geral Adjunto da Assembleia Nacional do Senegal, Seydou Bah a fim de efectuar uma visita de amizade e de trabalho e manter contactos com os responsáveis da nossa Assembleia Nacional Popular.

Luiz Cabral visitou os CTT

O camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau visitou na tarde de segunda-feira as instalações do Commissariado dos Correios e Telecomunicações onde se reuniu com os trabalhadores. O Comissário Fernando Fortes explicou a forma como estão a decorrer os trabalhos. Depois, o Presidente Luiz Cabral, dirigindo-se aos trabalhadores daquele Commissariado, falou do dever de cada trabalhador no seu posto de serviço e salientou a necessidade de cada cidadão em aumentar o seu nível de conhecimento, aprendendo cada dia mais como forma de melhor contribuir para o progresso da sua terra. Abordou igualmente o problema das eleições regionais, que estão a ser realizadas, afirmando que cada cidadão deve tomar parte activa e eleger conscientemente o seu deputado.

Kurt Waldheim agradece

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, enviou ao camarada Victor Saúde Maria, Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o seguinte telegrama de agradecimento:

«Senhor Ministro. A amável mensagem de felicitações que teve a amabilidade de me enviar, por ocasião da renovação do meu mandato de Secretário-Geral das Nações Unidas, deixou-me profundamente sensibilizado. Eu vo-la agradeço vivamente. Podeis estar seguro que não pouparei nenhum esforço para ajudar a realização dos princípios inscritos na Carta das Nações Unidas e assim contribuir para o reforço da paz e da cooperação entre as nações. Queira transmitir ao Senhor Presidente as garantias da minha mais alta consideração».

Embaixada dos EUA coopera com o Commissariado da Agricultura
● Assinado acordo de assistência

O camarada Avito José da Silva, secretário-geral do Commissariado de Estado de Agricultura e Pecuária e o embaixador dos Estados Unidos da América de Norte, senhora Melissa Wells, assinaram na tarde de ontem, nas instalações daquele Commissariado, um acordo de assistência americana ao desenvolvimento da irrigação do arroz na estação seca, na região de Bafatá. Este acordo permitirá a irrigação de 15 a 20 hectares de arroz, distribuídos por 80 famílias, como projecto piloto da vulgarização da cultura do arroz na estação seca.

O projecto tem em vista a incentivação do cultivo do arroz na época seca, a fim de mostrar às populações que é possível fazer uma segunda colheita do referido cereal, contrariamente aos seus hábitos. As sementes serão seleccionadas pelo Commissariado de Agricultura e Pecuária que fornecerá igualmente adubos e pesticidas. Os Estados Unidos contribuirão com moto-bombas, tubos de regas e combustível para alimentar as máquinas.

Assistiu à assinatura o responsável do Fundo de Auto-Assistência da Embaixada Americana, senhor Brian Dean Curran.

RESPONDE O POVO

Eleições regionais-4

Em 1972, durante a luta de libertação nacional, foram realizadas em todas as regiões libertadas, os preparativos para as eleições, por sufrágio universal directo e secreto, para os Conselhos Regionais. Estes, após a sua eleição, nomearam no seu seio os representantes das massas populares trabalhadoras, os quais, juntando-se aos quadros militantes do Partido, nomeados pelos combatentes da liberdade da Pátria, constituíram a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. De acordo com a constituição adoptada, foi fixada para este ano a realização de uma nova consulta para a renovação dos Conselhos Regionais, que irão ele-

ger os deputados da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular. Qual é a opinião do público sobre as próximas eleições? Estará o nosso povo preparado politicamente para exercer o seu dever de um país livre e democrático?

Mica Lima, 33 anos funcionária — «Como uma cidadã da Guiné-Bissau, que sou, não posso deixar de participar neste acontecimento tão importante para a vida do nosso país e assim lá es-

tarei para votar. A importância destas eleições é o facto de todo o cidadão poder livremente escolher o seu representante. Tenho participado sempre nas reuniões dos bairros e tenho seguido atenta-

mente todos os esclarecimentos dados pela rádio e pelo jornal sobre as eleições. Acho que é mais uma vitória alcançada pelo PAIGC. Na minha opinião acho que todas as mulheres devem também tomar parte activa nas reuniões e na campanha eleitoral porque afinal a Guiné-Bissau é de todos nós. Este ano conto votar e nos próximos, sempre

que tenha oportunidade». Sana Na N'Hada, 26 anos, cineasta — «Acho estas eleições muito importantes desde o momento que é a primeira vez que se estão a realizar na nossa terra, totalmente livre, onde todo o povo da Guiné-Bissau poderá participar votando. É mais um arranque decisivo na formação da história do nosso povo.

Fundo Monetario Internacional estudou contribuição de Cabo Verde

A recolha de elementos sobre a situação económica geral de modo a permitir o estabelecimento da quota de Cabo Verde como membro do Fundo Monetário Internacional foi o objectivo principal da estadia no país irmão, de uma delegação técnica desse organismo financeiro internacional, composta por Richard Müller, Alberto Foz e Abu-Zobaa.

A referida delegação teve sessões de trabalho com os camaradas Governador do Banco de Cabo Verde e Ministros da Economia, Finanças e Agricultura e, antes de partir, foi recebida pelo Camarada primeiro-ministro, que expôs a política que está sendo seguida pelo Governo, principalmente nos sectores económico, financeiro e de créditos.

A quota, cujo cálculo será preparado pelos Directores Executivos do F. M. I. e apresentada às autoridades caboverdianas para aprovação, determinará a posição relativa de Cabo Verde dentro do Fundo, o montante em escudos que será depositado como parte dessa quota, o número de votos que o nosso país terá nos Conselhos e reuniões, a distribuição futura a Cabo

Verde dos chamados «fundos especiais de giro» e os limites dentro dos quais os fundos financeiros do F. M. I. poderão vir a ser utilizados pelo nosso país.

Outros pontos discutidos com bastante detalhe foram as relações financeiras que existirão entre Cabo Verde e o Fundo e ainda o tipo de assistência técnica a conceder ao país.

Recorda-se que o pedido de admissão de Cabo Verde no Fundo Monetário Internacional foi apresentado em 7 de Agosto do corrente ano.

CONCESSÃO DE UM EMPRÉSTIMO PELA OPEP

O Fundo Especial da Organização dos Países Exportadores de Petróleo concedeu a Cabo Verde um empréstimo livre de juros de 1 milhão e quinhentos e cinquenta mil dólares (46 mil e quinhentos contos, aproximadamente) reembolsável em 25 anos.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (O.P.E.P.) tem sede em Viena e dela fazem parte os países árabes produtores de petróleo, entre os quais a Arábia Saudita, o Koweit e a Arábia Saudita, bem como a Nigéria,

o Gabão e a Venezuela. Desde a sua criação, tem sido notável a acção da O.P.E.P. no combate por uma nova ordem económica mundial.

O empréstimo agora concedido a Cabo Verde enquadra-se na ajuda de 400 milhões de dólares que a O.P.E.P. decidiu dar aos países em vias de desenvolvimento cuja situação económica se mostre seriamente afectada.

MEMBRO DA CSRT/OUA EM CABO VERDE

Esteve em Cabo Verde o senhor Jhonson, responsável da Comissão Científica e Técnica e de Investigação da Organização da Unidade Africana (CSTR/OUA) que trabalhou com os responsáveis de investigação do país irmão, coordenação das actividades de investigação na África como uma das formas de superação de dificuldades objectivas inerentes ao desenvolvimento dos países africanos.

Esta preocupação também é do Governo de Cabo Verde que há alguns meses criou o Centro Nacional de Investigação e Experimentação Agrícolas. A Cooperação da OUA

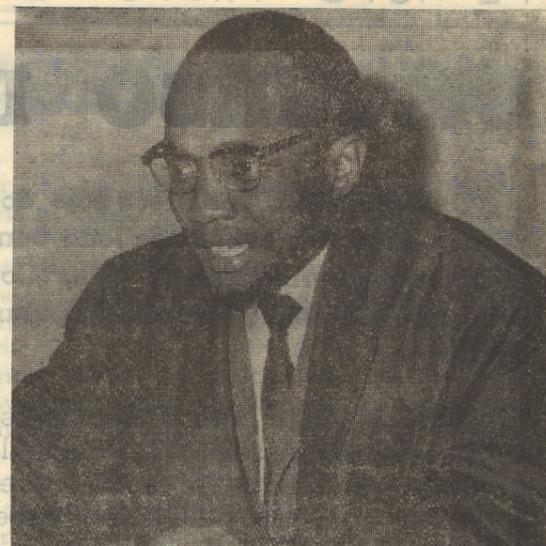
com o Governo de Cabo Verde deverá concretizar-se no domínio da investigação com o apetrechamento em equipamentos do Centro, bem como em alguns meios técnicos e humanos criados para o efeito.

O sr. Jhonson trabalhou com o camarada Miguel Lima, responsável pelo Departamento de Produção Vegetal, que se encontrava acompanhado por alguns dos seus colaboradores.

REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Esteve reunido na cidade da Praia o Conselho Nacional de Justiça, órgão máximo do poder judicial em Cabo Verde, formado pelos camaradas Manuel Duarte, presidente, Baltasar Lopes da Silva e António Caldeira Marques, Juizes-Conselheiros.

Durante a sessão foram apreciados e julgados definitivamente vários processos de natureza cível, criminal e de contencioso administrativo, subidos em recurso de diversas instâncias nomeadamente Tribunais das Regiões de Sotavento e Barlavento e de Tribunais Sub-Regionais, no tocante a recursos criminais.



AMÍLCAR CABRAL

III As leis portuguesas de dominação colonial

É portanto lícito concluir que, em vez de modificarem a situação constitucional e jurídica da Guiné «portuguesa», as «reformas» de 1961 não fizeram mais do que confirmar essa situação, pelo menos pelas seguintes razões:

a) Aumentando o número de comunas, criando outras autarquias locais e organizando as regedorias — à frente das quais estão sempre indivíduos nomeados pelo Governador — não só a dominação portuguesa se reforça, como as autoridades coloniais dispõem de uma maior possibilidade de controle e de repressão dos africanos da Guiné «portuguesa» na sua vida individual e colectiva;

b) Definindo processos e criando órgãos para a execução das concessões de terreno a não-indígenas, são aumentadas as possibilidades de continuar a usurpação efectiva de terras até então pertencentes às comunidades africanas;

c) Criando, com o espírito revelado pela lei, as Juntas Provinciais, fica aberta a via à colonização europeia na Guiné «portuguesa», em detrimento dos interesses das massas populares e de todas as camadas sociais africanas.

Por outro lado, as «reformas» de 1961 são contrárias ao espírito dos dispositivos das resoluções 1542 (XV) e 1514 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, porque:

— Deixam sem modificação a Constituição Política que, tendo sido alterada em 1951, com intenção evidente de fugir às obrigações resultantes dos princípios da Carta, continua a afirmar que a Guiné é «parte integrante da Nação portuguesa».

— Têm como objectivo consagrar o mito das «provincias ultramarinas» e constituem, assim, uma violação flagrante do direito do povo da Guiné «portuguesa» à autodeterminação e à independência, ao mesmo tempo que pretendem iludir a vigilância das forças que defendem a liberdade, em especial as da ONU.

Mas o Governo colonial português nunca alcançou nem alcançará os objectivos visados pelas «reformas» de 1961. Apesar de todos os disfarces, elas não conseguem ocultar a realidade concreta da situação constitucional e jurídica do povo da Guiné «portuguesa». As próprias «reformas» mostram, que, hoje como ontem, essa situação continua a ser dominada:

- a) pela Constituição Política portuguesa;
- b) pela Lei Orgânica do Ultramar;
- c) pelo Estatuto Jurídico Administrativo da Guiné «portuguesa».

★ Relatório geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1981.

FOGO:

Protecção vegetal e reflorestamento

Esteve na ilha do Fogo durante dois dias o camarada ministro da Economia, camarada Osvaldo Lopes da Silva.

No aeródromo o camarada ministro foi recebido pelos camaradas Delegado da Administração Interna, Secretário Administrativo e pelo Comandante Regional das FARP.

O camarada ministro visitou o interior da ilha nomeadamente a zona dos Mosteiros, o campo de pastagens de Monte Verde e o projecto de Genebra e inteirou-se do andamento dos serviços

financiados pelo Fundo do Desenvolvimento Nacional.

Entretanto estiveram também nesta ilha os Srs. Skaf e Catell que fizeram um estudo da protecção vegetal na ilha.

Ainda no domínio da Agricultura estiveram na ilha do Fogo os Srs. Maldaux e Gomes Navas, técnicos estrangeiros em estudo das possibilidades de reflorestamento da ilha.

Por iniciativa da JAAC vai abrir na cidade de S. Filipe um curso noctur-

no da Instrução Primária para adultos, encontrando-se já inscritos cerca de 100 alunos para a segunda, terceira e quarta classe.

O curso será orientado por três elementos da Direcção Regional da JAAC.

Entretanto prosseguem os treinos da Associação Académica do Fogo que deverá participar no torneio quadrangular de futebol enquadrado nas comemorações do XIV aniversário da Associação Académica da Praia.

Sto Antao

Campanha de limpeza

A população de Chã de Igreja levou a efeito uma campanha de limpeza e concerto de calçadas nas ruas da povoação com a colaboração de um grande número de pessoas de várias localidades.

O camarada Lineu Miranda que se deslocara a Andriene de Graça, em companhia do camarada Serafim, onde se reuniram com a população, tomou parte no agradável e bastante concorrido convívio em Chã de Igreja, durante a qual foram exibidos filmes re-creativos

Creditado no Senegal o embaixador caboverdiano

DAKAR (AFP) — Pela primeira vez, um embaixador da República de Cabo Verde apresentou as suas cartas credenciais ao Presidente da República do Senegal. Trata-se de Alfredo Carvalho Veiga, primeiro embaixador de Cabo Verde no Senegal.

Ao receber as cartas

credenciais do embaixador, Leopold Sédar Senghor, chefe de Estado senegalês, anunciou que se preparava para visitar Aristides Pereira, Presidente da República de Cabo Verde por quem, disse, «temos a maior estima, porque nós o conhecemos, homem de pensamen-

to, de acção e de audácia ao mesmo tempo».

Senghor sublinhou que o Partido Africano de Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, no poder nesses dois países, e a «União Progressista Senegalesa» no poder no Senegal, estabeleceram laços de

cooperação antes da independência de Cabo Verde. «Um mês antes da sua morte (em Janeiro de 1973, em Conakry), recordou o nosso amigo sempre lamentado, Amílcar Cabral (fundador do PAIGC) exprimia a solidariedade do PAIGC com a UPS».

DISCURSO DO CAMARADA NINO VIEIRA

O «NÓ PINTCHA» oferece hoje aos leitores, parte do discurso, pronunciado pelo camarada João Bernardo Vieira (Nino) membro do Secretariado Permanente do CEL, (Comité Executivo da Luta) e Presidente da Assembleia Nacional Popular, na sessão inaugural da 1.ª Legislatura.

«Estamos aqui para cumprir missão histórica da nossa Assembleia Nacional Popular na sua qualidade de órgão supremo da soberania do Estado na Guiné, a saber: proclamar a existência do Estado dum Executivo e aprovar a primeira Constituição para a nossa nação africana. Vamos cumprir esta histórica missão com espírito patriótico para estarmos à altura da confiança do nosso povo que nos elegeu e honrar a memória do grande líder do nosso povo, camarada Amílcar Cabral.

... Neste momento da abertura solene da nossa Primeira Assembleia Nacional Popular, em meu nome, e em nome de todos os deputados desta Assembleia, saúdo o Secretário-Geral do Partido, camarada Aristides Pereira, os membros do Comité Executivo da Luta, todos os responsáveis e militantes do Partido aqui presentes. Saúdo igualmente os nossos amigos cineastas e jornalistas que vão viver connosco o acontecimento transcendente do nosso povo que é a Primeira Reunião da nossa Assembleia Nacional Popular.

Ao assumir esta responsabilidade histórica é com grande tristeza que recordo a ausência do nosso saudoso e querido Secretário-Geral, camarada Amílcar Cabral foi o armente assassinado pelos criminosos colonialistas portugueses. Na realidade Amílcar Cabral foi o arquitecto do nosso grande

Partido; foi aquele que impulsionou todos os aspectos da nossa vida e tornou possível a realização deste grande sonho a que assistimos agora.

Quando a 19 de Setembro de 1956 surgiu o PAIGC, como a esperança de uma nova era, poucos eram aqueles que podiam acreditar que seria-

mos capazes de ter hoje a nossa própria Assembleia Nacional Popular. No entanto, a criação do PAIGC foi um acontecimento que veio a mudar radicalmente a vida do nosso povo, abrindo as mais largas perspectivas na luta para a liquidação progressiva da dominação colonial portuguesa na nossa terra.

O início da luta armada na Guiné marcou mais uma etapa decisiva na marcha vitoriosa do povo da Guiné e Cabo Verde para a auto-determinação e independência. Apesar dos crimes, dos bombardeamentos intensivos e dos massacres, o nosso povo, guiado pelo PAIGC, conseguiu em poucos anos libertar mais de dois terços da nossa terra.

Esta nova situação impôs ao nosso Partido uma nova tarefa: a administração dessas áreas libertadas. Foi assim que, enquanto lutamos corajosamente contra os criminosos colonialistas portugueses, fomos capazes de criar ao mesmo tempo uma nova vida política económica, administrativa, jurídica, social e cultural nestas regiões libertadas.

A importância deste enorme trabalho inspirado por Amílcar Cabral e diri-

gido pelo nosso Partido não reside apenas no facto de termos expulsados os colonialistas dessas regiões; no facto de termos construído escolas, hospitais, postos sanitários armazéns do povo, etc... Essa importância está também e sobretudo, no facto de termos sido capazes de forjar nestes dez anos de luta da nossa reacção africana, apesar de todas as tentativas de divisão fomentadas pelos colonialistas portugueses. Mais do que isso ainda, conseguimos criar um homem novo consciente dos seus direitos e deveres que lhe cabem na sua própria terra. É este afinal o ponto de partida para o aparecimento e desenvolvimento do nosso Estado nas regiões libertadas. Na verdade o nosso povo é livre e soberano na maior parte do nosso território nacional na Guiné: temos as nossas poderosas Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), não só para preservar essa soberania mas também para alargá-la a toda a extensão do território nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde; dispomos da nossa própria administração, da nossa própria organização da Justiça. Nas tabancas é a política do Partido que é aplicada e seguida. Enfrentamos e resolvemos os problemas da saúde, da educação e do desenvolvimento da nossa cultura nacional; solucionamos na medida das nossas possibilidades os problemas da

produção agrícola e do aperfeiçoamento do nosso artesanato. Enfim, é o nosso Partido que realiza a importante tarefa de importação de produtos e sua distribuição através dos Armazéns do Povo. Como dizia o nosso saudoso Secretário-Geral Amílcar Cabral: «Na realidade a nossa situação é, desde há algum tempo, comparável à de um Estado independente que tem uma parte do seu território nacional, nomeadamente os centros urbanos, ocupada por forças militares estrangeiras».

Esta situação gera uma contradição, isto é, embora existindo *de facto* um Estado no interior do nosso país, não dispomos da personalidade jurídica no plano internacional, onde não temos uma existência legal.

Doutra parte, as instituições que asseguram no interior do país o funcionamento desse Estado estão em constante desenvolvimento. Por isso, para resolver essa contradição e assegurar uma maior participação popular no funcionamento efectivo dessas instituições, a Direcção Superior do nosso Partido teve a grande iniciativa de convocar as eleições gerais que deram origem ao aparecimento desta primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné.

Estamos aqui para cumprir a primeira missão histórica da nossa Assembleia Nacional Popular na

sua qualidade de órgão supremo da soberania do Estado na Guiné, a saber: proclamar a existência do Estado *de facto* na Guiné, dotar esse Estado dum Executivo e aprovar a primeira Constituição para a nossa nação africana.

Vamos cumprir esta histórica missão com espírito patriótico para estarmos



«Criar um

altura da confiança do povo que nos elegeu e honrar a memória do grande líder do nosso povo, camarada Amílcar Cabral.

Tanto as eleições que a precedem como a criação desta nossa Assembleia Nacional

DIRECÇÃO — GERAL DE ESTATÍSTICA: 1. ATRIBUIÇÕES E FINALIDADE

«A informação estatística, exacta, completa e actualizada, constitui uma base imprescindível de formulação e execução de toda e qualquer política económica e social de um país». afirmou o director-geral da estatística, Telmo Sousa Mendes, numa entrevista concedida ao nosso Jornal, sobre as actividades estatísticas no país e qual a sua importância para o desenvolvimento sócio-económico de um país.

Nesta sua entrevista, o director-geral aborda ainda problemas ligados aos serviços estatísticos e enumera as dificuldades, vantagens e projectos daquele Departamento, com vista ao melhoramento dos serviços.

A direcção geral de estatística é um órgão superior do Estado que está integrado e dependente do Commissariado de Estado de Desenvolvimento Económico e Planificação. Compreende vários departamentos. «Esta direcção ge-

ral é estruturada por secções», afirmou o camarada Telmo de Sousa Mendes, director de estatística, a uma entrevista concedida ao nosso jornal, acrescentando que «a primeira secção pertence aos serviços de secretaria, a se-

gunda de estatísticas correntes de importação e de exportação, a terceira de estatísticas demográficas e por último a quarta secção de estatísticas industriais e agrícolas».

Mais adiante e ainda sobre a estruturação dos serviços o director de estatística informou que «neste momento desenvolve-se um certo esforço no sentido de reestruturar todo o nosso serviço de estatística. Pois que, como facilmente se entende, as estruturas que existiam no período colonial, de nada serviam os interesses nacionais».

No aspecto da reestruturação dos serviços veri-

ficou-se várias mudanças. Acerca disso, o camarada Sousa Mendes salientou: «criamos mais um departamento que é a biblioteca e o arquivo geral onde se encontram todos os documentos essenciais para consulta dos técnicos. Temos também a sala das máquinas onde são empilhados todos os apuramentos estatísticos». Ainda sobre as mudanças sublinhou que existe um projecto da lei orgânica já elaborado. «Estamos apenas a aguardar a sua aprovação pelo Conselho de Comissários. Se o mesmo for aprovado, tenho a impressão que todas as dificuldades com que temos deparado, serão ultrapassadas na certeza porém, que o nosso Governo terá a tempo e horas todos os dados estatísticos, que servirão de indicadores económicos e sociais para tomada de decisões».

«É uma forma de reestruturação de todo o sistema estatístico nacional, e passará a ser constituída

do por uma comissão consultiva geral, de estatística e planificação e ainda por delegações regionais. A comissão consultiva e a direcção geral de estatística exercem as duas atribuições em todo o território nacional». Explicando as funções da comissão consultiva, o camarada Telmo, disse que será o órgão superior de orientação e coordenação do sistema estatístico nacional e funcionará no Commissariado de Estado de Desenvolvimento Económico e Planificação. Será constituído por representantes de todos os Commissariados e presidido pelo Comissário de Desenvolvimento Económico e Planificação».

Essa mesma comissão definirá em linhas gerais toda a actividade estatística, elaborando planos para todo o país ou determinada região do território nacional; emitirá parecer sobre as providências legais ou regulamentares nesse domínio.

Proporá ao Governo das as providências para melhoria das actividades estatísticas, respeitantes aos serviços dos seus departamentos ou das actividades que se situam no âmbito, incluindo a denação das respectivas estatísticas. Aprovará cada ano o programa estatístico nacional a executar no ano seguinte acompanhada das estimativas das despesas independentes e procederá a uma revisão de cada programa aconselhado. Aprovará normas e instruções destinadas a eliminar a duplicação de dados estatísticos e a reduzir as despesas de funcionamento de informações estatísticas e bem efectuar operações estatísticas. Solicitar aos Comissariados pareceres de problemas estatísticos de interesse para os respectivos departamentos e apreciar os pedidos de assistência técnica estatística.

SESSÃO INAUGURAL DA 1.ª LEGISLATURA

lar são factos políticos que ficarão gravados na história da nossa luta de libertação nacional. Damento da nossa Assembleia Nacional Popular terá consequências profundas para a nova vida que criámos.

A presente sessão mostra-nos que já percorremos um longo caminho

poder intensificar ainda mais a luta no campo político, económico, social e cultural.

A criação da nossa Assembleia Nacional Popular, abre novas perspectivas para a nossa luta de libertação nacional, na medida em que dela sairão decisões que podem contribuir para o reforço da luta tanto na Guiné co-

primeira Assembleia Nacional de Cabo Verde, com vista à formação do órgão supremo da soberania nacional, totalmente reconquistada, na Guiné e Cabo Verde.

... No plano internacional a existência dum Estado nas regiões libertadas foi testemunha por várias dezenas de observadores imparciais e honestos, vindos de todos os continentes. Mas a mais significativa foi a visita da Missão Especial das Nações Unidas em Abril de 1972.

... Na base destas constatações, o Comité de Descolonização da ONU reconheceu o nosso Partido como sendo o único e legítimo representante do povo da Guiné e Cabo Verde. A própria Assembleia Geral e o Conselho de Segurança daquela organização internacional confirmaram posteriormente esse reconhecimento.

Estas resoluções da ONU constituem assim a base legal do ponto de vista internacional para que todos os actos aprovados nesta nossa Assembleia Nacional Popular tenham todo o seu alcance, colocando-se em perfeito acordo com a moral e as leis internacionais, dentro do espírito da Carta das Nações Unidas.

Este facto, se é uma garantia de que as Nações Unidas já reconheceram ao nosso povo o direito de ocupar o lugar que lhe pertence no seio da comunidade internacional, cons-

tituiu também uma grande responsabilidade para a nossa Assembleia Nacional Popular.

A nossa Assembleia Nacional Popular foi criada na base do princípio de que todo o poder provém do povo que o delega à Assembleia para exprimir a sua vontade soberana. Portanto, a Assembleia Nacional Popular deve servir os interesses do povo. Para isso discute, delibera e decide todas as questões fundamentais da política interna e externa do Estado e controla a aplicação da linha política, económica, social e cultural definida pelo PAIGC, a força política dirigente da nossa sociedade. Representa a expressão suprema da vontade soberana do povo. É ele que decide as orientações políticas de toda a política do Estado e assegura a sua realização pelos seus próprios meios. Para a realização dos nossos objectivos é necessário uma completa mobilização das massas e a sua larga participação na elaboração da política do Estado. É o Partido que deve estimular a criação e o desenvolvimento das organizações democráticas das massas.

A nossa Assembleia Nacional Popular deve respeitar e fazer aplicar os princípios do Partido, que é a força dirigente da nossa sociedade, sem a qual seria impossível estarmos aqui para proclamar solenemente a existência do nosso Estado soberano.

Os deputados à Assem-

bleia Nacional Popular representam os interesses de todas as forças vivas e patrióticas da nossa terra. Devemos manter contactos directos com os nossos eleitores e prestar regularmente contas da nossa actividade: escutar as suas sugestões e opiniões para melhor podermos servir os verdadeiros interesses do nosso povo. Para construirmos uma sociedade de paz, de justiça e progresso na nossa terra, nós, membros desta Assembleia temos por obrigação principal, a luta contra o tribalismo e o racismo, contra tudo o que possa enfraquecer a dignidade do nosso povo. Devemos estar vigilantes para que o inimigo não consiga, com as suas manobras, destruir a principal força do Partido e da luta, a nossa Unidade, que devemos defender, custe o que custar, na Guiné e Cabo Verde. É nosso dever procurar, denunciar, prender e mandar para o Tribunal Popular todo aquele que tenta destruir a nossa unidade ou provoca sentimentos racistas, tribalistas ou contradições religiosas, procura na realidade destruir o nosso Partido, enfraquecer a nossa luta e facilitar desta maneira a permanência do domínio colonial na nossa terra.

Como já dissemos, a Assembleia Nacional Popular é o Órgão mais elevado da soberania do Estado da Guiné. Ela é criada para servir o povo

onde proveio todo o seu poder. Este facto exige de cada deputado, de cada um de nós, maiores sacrifícios e esforços para defender os interesses do povo. Para isso devemos contribuir para o desenvolvimento da luta armada; participar em frequentes reuniões com a população a fim de elevar constantemente a sua consciência política, mantê-la ao corrente das intenções criminosas do inimigo e informá-lo sobre a situação da luta. Devemos levar o nosso povo a reforçar a vigilância contra os espíões e descobrir os informadores inimigos camuflados nas nossas tabancas. Devemos incitar o povo a desenvolver a agricultura, a pesca e todas as outras actividades económicas, para acelerar o desenvolvimento do nosso país.

No ponto de vista moral, um deputado deve ser o exemplo vivo para os cidadãos do nosso país. Escolhido pela sua reconhecida idoneidade e respeitabilidade, ele deve estar constantemente vigilante em relação a si mesmo, em relação ao seu companheiro, às suas acções e no cumprimento do seu dever de membro da Assembleia Nacional. Ele deve fazer todos os esforços para melhorar os seus conhecimentos, e afastar tudo o que possa dar origem a erros e fraquezas prejudiciais à qualidade de deputado da Nação...



novos conscientes dos seus direitos e deveres

para aquilo que o nosso povo chama «independência limpa», isto é, uma independência limpa e total.

... Por outro lado, estamos seguros de que, reforçando e desenvolvendo as instituições do nosso Estado já existente, vamos

mo em Cabo Verde, parte integrante, inalienável e imprescritível do nosso território nacional.

O funcionamento desta Assembleia que hoje iniciamos encoraja-nos a intensificar a luta nas ilhas para bem depressa podermos assistir à criação da

ca, feito pelos serviços que dela carecem.

Quanto às atribuições e competências da nova direcção-geral de estatística e planificação, Sousa Mendes assinala que compete a Direcção-Geral o exercício das funções de notação, apuramento, coordenação de dados estatísticos. Passarão a pertencer directa e exclusivamente à direcção-geral de estatística e planificação e as entidades que sejam consideradas como órgãos e seus delegados para o desempenho cabal de algumas dessas atribuições».

Para o desempenho das atribuições referidas, compete essencialmente à direcção-geral e seus órgãos delegados, efectuar os inquéritos necessários; exercer ou exigir informações convenientes de todos os trabalhadores, autoridades, serviços e organismos assim como todas as pessoas singulares ou colectivas que se encontram no território nacional ou nele exercem qualquer activida-

de. Realizar recenseamento e inquéritos estatísticos de base, bem como, manter as estatísticas correntes que interessam ao País ou a certas regiões. Executar inquéritos aos trabalhos estatísticos especiais destinados a outras entidades, bem como, ordenados aprovados pelo Conselho de Comissários ou Comissão Consultiva de Estatística».

Explicando, em pormenor, o que são dados estatísticos, qual o seu papel fundamental e para que servem esses dados, o director afirma que os dados estatísticos representam instrumentos essenciais para o estudo e conhecimento da realidade económica e social de uma região ou de um país. Constitui também instrumentos importantes para a tomada de decisões, devido ao seu carácter simultaneamente analítico e sintético. A informação estatística deve ser exacta, completa e actualizada. No entanto o reconheci-

mento cada vez mais generalizado da necessidade de informação estatística tem provocado nos últimos tempos, uma procura crescente, tanto da parte das entidades públicas e privadas, como da parte de vários organismos e entidades estrangeiras, para a recolha de apuramento dos elementos que carecem, dado à influência ou à inadequação das estatísticas existentes».

Para fazer face a tão vasta e complexa tarefa, é insuficiente o apetrechamento que a actual direcção geral de estatística e planificação tem, no que se refere à orgânica e competência. No aspecto dos recursos humanos, o número e qualificação dos seus trabalhadores é nitidamente escasso, porque o que deles se requer hoje em dia ultrapassa as suas possibilidades. O camarada Sousa Mendes disse ainda que o processo manual utilizado no apuramento dos dados estatísticos não lhes permite,

com a devida eficiência os dados recolhidos e os trabalhos correntes e, muito menos encarar a realização de outros trabalhos com maior eficácia no domínio da informação estatística».

Acerca dos objectivos que prevêem uma reestruturação do próprio sistema estatístico nacional, o camarada Telmo salientou que: «Neste momento, os objectivos a que se deve atender, são, em síntese: reafirmar os princípios básicos do sistema estatístico, ou seja, a centralização, a autonomia técnica, a autoridade estatística, segredo estatístico e coordenação estatística; organizar à escala nacional esse sistema, com vista a unificar e tornar eficiente a orientação técnica e a coordenação daquele sistema pelo Comissariado de Estado de Desenvolvimento Económico e Planificação, a fim de adaptar a produção às características do nosso país; dotar a direcção de



Telmo de Sousa Mendes, director da Estatística

estatística e planificação, com meios humanos e materiais indispensáveis ao cabal desempenho das funções; assegurar a conveniente preparação e aperfeiçoamento técnico do pessoal ao serviço desta direcção geral, através

de cursos profissionais adequados e, ainda criar delegações regionais de serviço de estatística, com competência limitada, em determinadas áreas do território nacional».

Continua no próximo número

Luiz Cabral no interior do País

(Continuação da 1.ª pág.)

anos na nossa terra, encheu-se de dinheiro. O Gouvêa, por exemplo, começou por vender peixe frito na nossa terra, mas, quantas lojas ele tem agora? Vemos o Camacho, no Sul, o Brandão, gente que com o suor do nosso povo, com o trabalho do nosso povo, enriqueceram até não saber o que fazer com o dinheiro.»

O Presidente continuou explicando qual deverá ser a nossa liberdade: «Mas esse trabalho do nosso povo e a própria liberdade, queremos que sirvam ao povo. Acabar com a miséria, com a ignorância para que todo o povo da nossa terra saiba ler. Mas para fazer isso, o trabalho do povo tem que servir ao próprio povo.

Para a nossa terra avançar na realidade, temos muita coisa ainda a fazer. Primeiro, temos que defender a unidade do nosso povo porque essa é a maior força que temos na nossa terra. Os tucas conseguiram fixar na nossa terra porque conseguiram dividir o nosso povo, cada um para o seu lado. Mas o Partido libertou a terra, apesar de todas as armas, aviões, barcos de guerra, carros blindados que eles tinham. O Partido libertou completamente o país porque uniu o povo no caminho do PAIGC. A guerra acabou mas hoje, mais do que nunca, é preciso defender a unidade do nosso povo. A primeira coisa que os nossos inimigos tentam é dividir o nosso povo porque sabem que é a primeira condição

que o Partido põe para levar o povo para a frente».

A seguir o camarada Presidente Luiz Cabral explicou à população de Quinhamel as razões que obrigaram o nosso Estado a dividir a antiga região de Bissau em duas regiões distintas, o Sector Autónomo da cidade de Bissau e a região de Bissau, que compreende os sectores de Safim, Biombo e Prábis. Foi no meio de extraordinária alegria que as suas palavras foram acolhidas quando anunciou que Quinhamel seria a capital da nova região de Bissau, acrescentando: «Queremos dar uma vida nova a esta região. Mas uma vida nova como? Primeiro tem que haver um responsável pela agricultura para orientar os trabalhos da

lavoura. Segundo, para que a educação se desenvolva, as crianças que iam a Bissau frequentar o Ciclo Preparatório terão um liceu em Quinhamel. As pessoas que tiverem a necessidade de um melhor tratamento, terão possibilidades de o fazer no hospital regional que vai ser construído aqui. As estradas têm que ser consertadas. Vamos desenvolver o comércio e, posteriormente, a indústria. Portanto esta é a vida nova que vai começar para o povo desta zona».

«Todos nós temos que pegar teso, afirmou ainda o camarada Luiz Cabral. O Governo tem muitos projectos para a nossa terra, para cada região. Mas em cada lugar o povo é

(Continua na última página)

CRUZ PINTO NO ANIVERSÁRIO DA A. J. D.

Ainda este mês, será realizada uma nova consulta popular de acordo com a lei fundamental do nosso país para a renovação dos conselhos regionais que por sua vez elegerão, também no seu seio, os deputados da segunda legislatura da Assembleia Nacional Popular. Aproveitou a ocasião para salientar que os juristas da Guiné e Cabo Verde não esquecem nunca que a Associação foi fundada por juristas que tomaram parte na luta contra o fascismo e sobretudo juristas de renome mundial que tiveram um papel de relevo no tribunal de Nuremberga. «Há todó o interesse em dizer que as actividades da nossa Associação Internacional visam lutar pela li-

berdade dos povos, pela independência dos países sob a dominação estrangeira e pela defesa dos direitos do homem.» «O prestígio da nossa Associação, no plano internacional, é incontestável. Basta lembrarmos a assistência dada às vítimas do imperialismo, do racismo e do colonialismo».

O camarada Procurador da República contactou com vários juristas de outras Associações, particularmente os da África, Ásia e América Latina. Puseram em evidência que a Associação tem posto assento sobre todo o trabalho efectuado desde a sua fundação e muito especialmente o papel do direito dos juristas democratas do mundo inteiro. «Podemos dizer que o direito muda com a evolução do mundo. Frizámos

também que cabe aos juristas democratas o papel de roçar sobre as novas relações económicas entre nações, a necessidade de eliminar o sub-desenvolvimento e de garantir aos povos a plena soberania sobre os seus recursos naturais e a real escolha das vias e dos meios do seu desenvolvimento».

Os juristas democratas, continuou o camarada Cruz Pinto, devem criticar e denunciar em teoria e rejeitar na prática, as normas inaceitáveis do direito internacional antigo. Devem elaborar e impôr novas normas de direito internacional com base numa nova ordem jurídica, conforme os interesses e as aspirações de todos os povos. Os problemas do racismo e a situação de Angola mereceu também a apreciação de vários juristas que deram todo o

seu apoio à luta dos povos da África Austral.

No encontro estiveram presentes várias individualidades. Usaram da palavra personalidades como o Secretário-Geral da União dos Advogados Árabes, o Ministro da Justiça da Índia, o Conselheiro à Presidência da República argelina, o Vice-Presidente da Associação de Juristas Soviéticos, o Ministro da Justiça de Luxemburgo, o Presidente do Tribunal Supremo do Senegal, o Secretário-Geral da Associação de Juristas do Vietname, o Presidente e Delegado da Associação Internacional de Juristas Democratas, a Vice-Presidente da Associação Internacional de Juristas dos Estados Unidos da América, bem como o Presidente Pierre Cot que assistiu às comemorações.

ANUNCIOS

Despacho

Tornando-se necessário dar início às operações de comercialização da mancarra em todo o país e sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — Foi também designado o passado dia 15 deste mês para a abertura em todo o território nacional, da campanha do arroz, mantendo-se os mesmos preços da campanha anterior.

Mostrando-se assim dar início às operações de comercialização do arroz em todo o país, sob proposta do Comis-

sariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — Foi também designado o passado dia 15 deste mês para a abertura em todo o território nacional, da campanha do arroz, mantendo-se os mesmos preços da campanha anterior. Achando-se conveniente dar início às operações de comercialização interna do cococonote e, sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — São fixados os seguintes preços a praticar na comercialização interna do cococonote: preços de compra por quilo, no interior do país, três pesos e meio; em Bafatá, Gabú e Bamba, cinco pesos; e oito tostões e nos portos de exportação, cinco pesos e dois tostões.

Mostrando-se conveniente dar início às operações de comercialização do algodão

em todo o País: Sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato: Artigo único — São fixados os seguintes preços a praticar na comercialização interna do algodão, desde o dia 1 de Dezembro do corrente ano: Preço de compra ao produtor, em todo o País:

- Algodão de 1.ª qualidade 7,00 PG/Kg.
- Algodão de 2.ª qualidade 3,50 PG/Kg.

Comunicado

A firma Fernando dos Santos Correia comunica os seus estimados clientes, e o público em geral, que encerra o seu estabelecimento de

vendas de acc'sórios Peugeot, para férias do pessoal, no período de 20 dias, do corrente a 10 de Janeiro de 1977.

Alugam-se

«Estabelecimentos» — Os interessados devem contactar a Gerência de Organizações Anear.

Aviso

A Transguiné Lda comunica ao público que tem à venda mobílias de ferro pintado de branco, estufados de cor de veludo, arcas, geleiras e máquinas de café. Os interessados podem contactar pelo telefone 2160 nas horas normais ou nos armazéns da mesma ao lado da antiga DBI.

NO PINTCHA

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados. Serviço Informação das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina. Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil. Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
Um ano 400,00
Seis meses 250,00
Outros Países Africanos e Portugal:
Um ano 500,00
Seis meses 350,00
Serviços de Distribuição e Venda do «NÓ PINTCHA» — Caixa Postal, 154.
BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Higiene — Rua António N'Banç, telefone 2520.
AMANHA — Moderna — Rua 12 de Setembro, Tel. 2702.

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2887.
Bombeiros — 2222.
POLICIA; 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelle 3778/7.
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;
Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h).
Chegadas e partidas de navios — 2922/8

RADIO

QUARTA-FEIRA — Primeiro Período:

- 5 h. 55 min. — Abertura da Estação;
- 6 h. — Música Fulá;
- 6 h. 30 min. — Conjuntos;
- 7 h. — Noticiário/Português e Criolo;
- Actualidades Sonoras;
- 8 h. — Interrupção de Emissão.

Segundo período:

- 11 h. 55 min. — Reabertura da Estação;
- 12 h. — Música de Cabo Verde;
- 12 h. 30 min. — Selecção Musical;
- 13 h. — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra;
- 13 h. 15 min. — Noticiário/Português e Criolo;
- 13 h. 45 min. — Protesto;
- 14 h. 45 min. — Alguns Minutos C/
- 15 h. — Interrupção de Emissão.

Terceiro período:

- 16 h. 55 min. — Reabertura da Estação;
- 17 h. — Noticiário/Português/Criolo e Línguas;
- Música de Luã;
- 18 h. 45 min. — Agenda do Dia;
- 19 h. — 2 Curpo... Um Corçon;
- 20 h. — Noticiário/Português e Criolo;
- 20 h. 30 min. — Intervalo Musical;
- 21 h. — Actualidades Sonoras;
- 22 h. — Música Variada;
- 23 h. — Tempos Novos;
- 24 h. — Encerramento da Estação.

SEXTA-FEIRA — Primeiro Período,

- 5 h. 55 min. — Abertura da Estação;
- 6 h. — Música Mançanha;
- 6 h. 30 min. — Música Criola;
- 7 h. — Noticiário/Português e Criolo;
- Actualidades Sonoras;
- 8 h. — Interrupção de Emissão.

Segundo período:

- 11 h. 55 min. — Reabertura da Estação;
- 12 h. — Música Revolucionária;
- 12 h. 30 min. — Selecção Musical;
- 13 h. — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra;
- 13 h. 15 min. — Noticiário/Português e Criolo;
- 13 h. 45 min. — Música, só Música;
- 14 h. — Música Variada;
- 15 h. — Interrupção de Emissão.

Terceiro período:

- 16 h. 55 min. — Reabertura da Estação;
- 17 h. — Noticiário/Português/Criolo e Línguas;
- Música de Luã;
- 18 h. 45 min. — Agenda do Dia;
- 19 h. — 2 Curpo... Um Corçon;
- 20 h. — Noticiário/Português e Criolo;
- 20 h. 30 min. — Alguns Minutos C/
- 21 h. — Actualidades Sonoras;
- 22 h. — Divergência;
- 23 h. — Tempos Novos;
- 24 h. — Encerramento da Estação.

CINEMA

HOJE — Às 18h 30min «Um de nós tem de morrer» — m/14 anos. As 20h 45 min. «Boliver — O libertador» — m/14 anos.
AMANHA — Às 20h 45min «Boliver — O libertador» — m/14 anos.

Libano

Em questao, as forças arabes de dissuação

BEIRUTE (AFP) — Um mês após a sua entrada em Beirute, onde silenciaram as armas e onde foram muitas vezes calorosamente acolhidas, as tropas sírias das forças árabes de dissuação são objecto de críticas, emanadas de diversos sectores políticos libaneses.

A esquerda de Kamal Joumblatt acusou por várias vezes as forças sírias de se comportarem, no norte do Líbano e no plano da Bekaa especialmente, como «tropas de ocupação» e não como uma força árabe de segurança.

No sábado, a esquerda enviou ao Presidente Elias Sarkis, nomeado pelos chefes de estado árabe comandante em chefe da força de dissuação, um memorial acusando os sírios de proibirem a imprensa libanesa e de procederem a prisões nessas regiões.

Raymond Edde, líder

do Bloco Nacional (crístão moderado), enviou uma carta aberta ao Presidente Sarkis, pedindo especialmente «que sejam tomadas medidas necessárias para pôr termo aos abusos das forças sírias». Edde não parou de denunciar a intervenção síria desde Junho último. Há um mês que escapou de três atentados.

Os conservadores-crístãos, aliados dos sírios na última fase da guerra, parecem igualmente mal poderem suportar esta presença, ao fim de um mês.

O seu chefe militar, Bechir Gemayel, convidou no domingo os libaneses a impedirem que «outros exerçam a sua tutela» sobre o país. Elogiou, entretanto, a força árabe de dissuação por ter, segundo ele, «trazido uma paz relativa», mas pediu que «cumprissem unicamente a sua missão».

Libertação dos povos da Africa Austral

NOVA IORQUE (TASS) — Sobressai da discussão da quarta comissão da Assembleia Geral da ONU que os meios imperialistas e os regimes coloniais e racistas de Pretória e de Salisbúria não têm intenção de ceder a sua posição, de renunciar aos seus privilégios, à exploração dos povos. Não é questão para eles abandonarem o poder, as riquezas adquiridas explorando impiedosamente a população africana.

A dominação ilegal dos colonizadores com duração indeterminada, que ignoram das decisões da ONU e das outras organizações internacionais, provoca a indignação da comunidade mundial das nações.

A posição dos meios ocidentais, que intervêm verbalmente na prevenção de uma guerra racial para a entrega do poder à população africana, mas que na prática não perdem a esperança de salvar a hegemonia dos racistas, dos colonialistas, dos monopólios multinacionais, não deixa também de ser objecto de re-

provação.

Como definir, por exemplo, a política de certos países que em infracção à decisão das sanções, exportam abertamente crómio e outras matérias-primas à Rodésia do Sul e trocam com Smith petróleo e armas. É precisamente este apoio e esta assistência que permite aos racistas salvaguardar o seu regime.

A administração racista de Smith dispõe de um grande apoio militar. A Africa do Sul, só ela, forneceu a Smith 40 helicópteros pilotados por militares sul-africanos. É ela que vende ao regime de Salisbúria caças e muitos outros tipos de armas ofensivas.

Nessas condições, como se indica nos meios da ONU, pertence a todos os verdadeiros partidários da liberdade e da independência dos povos de Africa, empreender acções eficazes, não só para pôr termo às manobras dos racistas e dos seus protectores, mas para os obrigar a aceitar as justas reivindicações do povo africano.

África do Sul:

As vítimas do racismo

NOVA YORK (AFP) — As revoltas raciais fizeram, pelo menos, 435 mortos este ano na África do Sul, e não alguns 350 como indicou o governo de Pretória, afirma na sua edição de domingo o diário «Newsday», publicado nos arredores nova-iorquinos de Long Island.

Num artigo datado de Joanesburgo, o jornal reporta que 332 pessoas morreram só em Soweto, enquanto que o governo avançou o número de 200 pessoas para toda a provincia do Transvaal, que compreende Soweto e outras cidades africanas.

O «Newsday» acrescenta que, segundo as suas informações, o governo enterrou várias vítimas anonimamente, enquanto as suas famílias reclamavam a assistência das autoridades para os encontrar. O jornal precisa que as suas estatísticas foram estabelecidas após certificação de falecimento, fichas de agências funerárias, dossiers de tribunais e de igrejas, testemunhos de famílias e de diversas testemunhas.

Zimbabwé:

Comboio descarrilado por patriotas

LUSAKA (TASS) — Os patriotas do Zimbabwé fizeram descarrilar um comboio que transportava matérias-primas na linha férrea de Bulawayo — Victoria Falls. É a terceira operação que os nacionalistas desencadeiam, em pouco tempo, nessa importante

Portugal: eleições municipais

LISBOA (AFP) — Os resultados oficiais e incompletos das eleições municipais portuguesas conhecidos são seguintes: PS-33,32 por cento; PSD-24,44, Frente «Povo Unido» — (comunista) — 19,55 e CDS 15,55, ilustrando a estabilidade dos socialistas centristas, e uma subida da esquerda comunista.

Vietnam: construção socialista

HANOÍ (ADN) — No curso de abertura do congresso, o mais antigo delegado do Partido Comunista do Vietname, Tom Duc Tehang, Presidente da República Socialista do Vietname, manifestou o máximo «forum» de 1 500 000 de comunistas vietnamitas realizou-se num período muito importante. Neste período em que obteve triunfo histórico na luta pela salvação nacional, e no qual o Vietname amante da paz unido e independente, marcha pelo caminho da construção socialista.

Comunicado militar da Polisario

ARGEL (AFP) — A Frente Polisario afirma ter posto ra de combate mais de 200 soldados marroquinos e mauritanianos durante as suas operações no Sahara Ocidental, em Novembro último. Segundo o comunicado da Polisario, publicado na segunda-feira em Argel, as tropas marroquinas tiveram durante esse período 212 mortos e feridos. Além disso, acrescenta o comunicado, os combatentes saharianos capturaram três soldados marroquinos e destruíram numerosas instalações militares, um tróvão escolta e seis colunas eléctricas das minas de fosfato Boucrqa, assim como camións e armas pesadas. O comunicado da Polisario, que traz um balanço detalhado das operações levadas a cabo pelo movimento sahariano contra as tropas marroquinas e mauritanianas, afirma que os marroquinos são obrigados «a se manterem em locais centros onde não se podem mover mais», e sublinha «a comodidade e facilidade com a qual o Exército Popular de Libertação Saharaense opera onde e quando o

O preço do petroleo

WASHINGTON (TASS) — Em vésperas da conferência em Qatar, dos ministros-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a diplomacia americana intensificou os seus esforços no sentido de comprometer a unidade dos países produtores de petróleo, de impedir a adopção de uma decisão concertada sobre uma série de problemas importantes.

O Departamento de Estado publicou um documento analisando o efeito que teria o aumento eventual dos preços do petróleo na economia dos países capitalistas.

ACP

Instituição de novos sistemas

DAKAR (AFP) — A necessidade de eliminar os obstáculos ao desenvolvimento das trocas entre os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) foi reafirmada durante um colóquio organizado por ocasião da Feira Internacional de Dakar.

A eliminação desses obstáculos depende principalmente de uma vontade política dos diferentes estados em promover trocas entre eles, e de organizar a sua solidariedade, sublinham os relatórios finais das comissões. Em relação a isso, o colóquio recomenda a cria-

ção de uma estrutura de resolução entre os países ACP, de um «banco de dados» para informar os operadores ACP sobre todas as produções dos seus países, assim como a criação de organismos para a promoção de trocas comerciais inter-estados.

Estas recomendações derivam da constatação feita pelos peritos reunidos em Dakar, de que a franqueza das trocas entre ACP é devida principalmente a uma falta de informações sobre as possibilidades económicas e comerciais e sobre os métodos de taxa e de pro-

tecção, assim como a uma ausência de organização apropriada, podendo servir de quadro de resolução.

O colóquio de Dakar deseja, por outro lado, um alargamento da cooperação em matéria de pagamento entre bancos centrais e a criação de um mecanismo apropriado de compensação.

Considera, além disso, num dos relatórios adoptados pelas comissões, que a intensificação das trocas entre os ACP deve passar necessariamente pela coordenação das políticas industriais e agrícolas, com vista

ao reforço da complementaridade entre esses estados, pela harmonia das políticas alfandegárias, a instalação de grandes indústrias de bens de equipamento, e a harmonia das políticas de transportes.

Segundo os relatórios das comissões, é necessária uma acção, com vista a dar uma mentalidade de exportador aos operadores económicos dos países ACP, e com vista a levar os consumidores desses países a preferir os produtos originários dos ACP.

FAO: Melhoria da situação alimentar no mundo

ROMA (AFP) — A situação alimentar e agrícola mundial, graças às condições meteorológicas favoráveis e ao progresso da agricultura nos países em vias de desenvolvimento, melhorou claramente permitindo assim prever o fim da crise alimentar, que começou em 1972, sublinha o relatório adoptado na semana passada pelo conselho da FAO (Organização para a Alimentação e a Agri-

cultura), publicado em Roma.

Segundo o relatório, a produção alimentar e agrícola dos países em vias de desenvolvimento aumentou cerca de quatro por cento em 1975, permitindo assim um progresso no conjunto da produção mundial de dois por cento. Para 1976, enquanto os preços dos produtos alimentares tiveram uma tendência para bai-

xejar, «o aumento global da produção deveria ser de 2 a 3 por cento», considera o relatório, que faz sobressair, todavia, que «a segurança mundial está longe de estar plenamente assegurada», e que as receitas comerciais dos países em vias de desenvolvimento, apesar de um progresso no volume das exportações, não registaram uma subida «marginal».

RPM-RDA

Acordo de cooperação

MAPUTO (ADN) — Após uma visita oficial de três dias à República Popular de Moçambique, partiu de Maputo, o ministro das Relações Exteriores da RDA, Oskar Fischer. Foi saudado no aeroporto pelo ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano, João Joaquim Chissano, e outras personalidades.

Fischer, que efectuou uma visita a convite do seu homólogo moçambicano, foi também recebido pelo Pre-

sidente da Frelimo e do Estado, Samora Machel, com quem teve uma troca de opiniões.

Durante a estadia do político da RDA, no Maputo, foi assinado entre ambos um acordo de cooperação de pesca e um tratado consular. Ambas as partes consideraram as conversações muito úteis para o aprofundamento das estreitas e amistosas relações existentes entre a RDA e Moçambique.

(Continuação da 1.ª página)

bairros, a partir de domingo passado até às 24 horas de terça-feira. Já foram recolhidas as candidaturas nos bairros da capital e em todas as regiões do país. As listas foram submetidas à apreciação da Comissão Eleitoral Nacional numa reunião realizada com os delegados no princípio de manhã de ontem. Nessa reunião foi discutida a lista definitiva dos candidatos, tendo em conta as candidaturas apresentadas pelo Partido. A falta de tempo não permitiu que a lista provisória fosse publicada senão hoje, às 17 horas.

Para o efeito, houve reuniões ontem, a partir das 18 horas, a fim de submeter a lista dos candidatos aceites aos bairros e explicação da mesma, pelo facto de nem todos os nomes constarem nela. Como é evidente, o número das candidaturas é de longe superior aos mandatos. Existem 17 bairros na capital, alguns dos quais chegaram a apresentar cerca de 20 candidatos aprovados pela população. O problema posto ultimamente pela Comissão, foi o de obrigar a todos os cidadãos que fizeram a sua candidatura directamente ao Secretariado do Partido

ou à própria Comissão Eleitoral Nacional, a apresentarem-na, nas reuniões dos bairros a que pertencem. Estes e outros escolhidos pela direcção do Partido, são considerados candidatos do Partido. Mas a sua legibilidade corre o risco de ser anulada, caso não seja aprovada pelo povo.

Uma das razões que levou ao aparecimento de duas listas — provisória e definitiva — antes da eleição dos conselhos regionais, deve-se ao facto de, primeiro, haverem candidaturas superiores ao número de conselheiros necessário. O facto de um candidato não constar na lista definitiva, não implica que ele tenha sido rejeitado, mas sim, que entre os melhores inscritos, houve que seleccionar os melhores. Em segundo lugar, sabe-se, na prática, que um candidato pode ser aceite num bairro cuja população desconhece os seus feitos do passado, por ter habitado nele há menos de dois anos. Essa mesma pessoa pode ser contestada noutro bairro, por ser ali que a sua conduta deixou mais vestígios. Por antes de passar a definitiva, a lista teria que ser submetida aos eleitores, nos bairros e, posteriormente, discu-

tida na Comissão.

Depois de divulgados os nomes dos candidatos a conselheiros regionais, o povo aprovará ou discorará, nas eleições a iniciar no domingo, dia 19, em Bissau e nos dias 19, 20 e 21 no resto do país. Os eleitores irão votar nas urnas a serem colocadas em diferentes pontos dos bairros e povoações do território nacional. Os eleitores dirão «Sim» ou «Não» à lista que lhes for apresentada no local. Assim, teremos tomados conselheiros regionais que escolherão os deputados à Assembleia Nacional Popular e a esta, por sua vez, competirá o cargo de eleger o Presidente do Conselho de Estado da nossa República.

Entretanto, continuamos a receber informações do interior do país sobre as actividades dos delegados da Comissão Eleitoral Nacional na dinamização política às populações e no desenvolvimento do processo eleitoral, que culminou com o termo da candidatura, em quase todas as regiões. Nas reuniões feitas nos bairros da capital, na terça-feira passada, à noite, o camarada Manuel Boal, secretário-geral da Comissão de Saúde e Assuntos Sociais presidiu a dos

moradores do bairro de Setembro, na Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné-Bissau. O Presidente Luiz Cabral assistiu também a esta reunião, cuja presença Manuel Boal considerou de «surpresa mas oportuna». Nesta reunião, os delegados da Comissão apresentaram os nomes dos candidatos e a assembleia pronunciou-se com objecções em relação a alguns candidatos ou a favor, conforme o parecer da cada um.

«A eleição implica escolhas» — afirmou o camarada Luiz Cabral, numa breve intervenção durante a reunião. «Como há um certo número de camaradas já deputados ou conselheiros regionais que também serão apresentados pelo Partido, nestas novas eleições, cabe, portanto, aos militantes e às assembleias dos comités, seleccionar um número, de entre os indivíduos que se apresentarem, daqueles que oferecem maiores garantias para a defesa dos interesses do país, das aspirações legítimas do nosso povo».

«Quero explicar que, a candidatura a um lugar de grande responsabilidade como esse da Assem-

bleia Nacional Popular, deve ser conquistada ao longo dos anos. Um indivíduo não pode apresentar-se pela primeira vez a uma reunião e dizer «eu quero ser candidato». A sua aceitação à candidatura, por uma determinada assembleia, tem que ser conquistada através de um trabalho contínuo persistente ao longo dos anos antecedentes, em reuniões, e pelo interesse que essa pessoa demonstra pela vida nacional e pelo desenvolvimento do país».

«Nesta primeira etapa, temos que ser um bocado mais rigorosos, porque acabamos de sair de uma luta dura de libertação nacional, uma luta violenta que exigiu imensos sacrifícios. Muitos irmãos nossos participaram nesta guerra ao lado do inimigo. É um facto que ainda está muito fresco e que nós não podemos deixar passar nestas primeiras eleições, após dois anos apenas de libertação total do país. Mas creio que, para as próximas eleições a realizar em 1980 ou 1981, estes condicionalismos poderão ser ultrapassados e mais gente poderá candidatar-se».

Presidente Luiz Cabral no interior do País

(Continuação da página 6)

que tem que pôr essas ideias em marcha. O Governo dá os meios necessários para isso mas é o povo que tem que avançar cada dia, com boa vontade para que tudo possa caminhar para a frente. Todos nós temos que ser ambiciosos para a nossa terra, para não fazer aquela vida que os tugas nos ensinaram. Aquela vida de falta de responsabilidade, de facilidade, em que o homem não pensa na sua terra, não pensa na sua tabanca e às vezes mesmo na sua família. Porque os tugas queriam ver-nos caídos na estrada, bêbados. Pois sabiam que um homem bêbado não é capaz de pensar na sua terra, nem na sua família nem na escola para o seu filho. Assim era o tempo do colonialismo».

O camarada Luiz Cabral disse que temos de lutar para fazer o nosso povo um povo responsável. Um homem pode beber mas tem que saber, quando deve parar. Pois cada homem, cada cidadão deve ter a consciência clara disso. Pensar na sua terra, pensar

no sector onde vive, nos problemas da sua tabanca, porque o Estado quer fazer as tabancas bonitas, com boas casas onde uma pessoa possa ter saúde, tabancas onde haja água e luz. «Pouco a pouco vamos avançando. Mas para fazer isso, todo o nosso povo tem que ter ambição. Temos que combater o alcoolismo. As únicas pessoas que ganharam com a aguardente na nossa terra foram aquelas pessoas que tinham alambiques. No mundo há uma lei que proíbe os homens de beberem aguardente. Porque essa bebida não está preparada para ser utilizada pelo homem. O nosso Governo vai procurar maneiras de transformar essa bebida numa outra própria para o homem».

O momento eleitoral também foi focado pelo Presidente Luiz Cabral, que em dado momento afirmou: «O povo do sector de Biombo, bem como todo o nosso povo, deve ter em conta que estas eleições devem ser encaradas com toda a seriedade, pois a hora é de responsabilidade. A

vida fácil terminou. Por isso deve eleger os seus dignos representantes aos Conselhos Regionais, de onde sairão os futuros deputados à Assembleia Nacional Popular que de acordo com a nossa constituição, terão a grande responsabilidade de dirigir nestes próximos e importantes quatro anos, esta terra, que não sendo conhecida há vinte anos atrás, agora e depois da gloriosa luta de libertação armada conduzida pelo PAICC, é um dos países africanos mais conhecidos e respeitados em todo o mundo». «O Presidente acrescentou ainda «Todo o nosso povo tem que participar nesse voto. Todo o povo tem que ver bem, o quanto fez o nosso Partido durante os 20 anos de vida. Deve dar o seu voto de confiança e de certeza que o nosso Partido está aqui para servir o nosso povo. Todo o povo de Biombo deve comparecer em massa no domingo, dia das eleições, para votar».

— Depois de Quinhamel, o camarada Presidente e comitiva seguiram para Ondame. A comitiva presidencial parou em

Pandim, tendo a população local dialogado com o camarada Luiz Cabral, focando alguns problemas de interesse para a região, bem como as próprias eleições aos Conselhos Regionais.

Em Bissá, onde se encontrava uma grande concentração popular, reforçada pela população de Cupedo e Reno, o Presidente Luiz Cabral e a delegação que o acompanhava foi obrigado a parar, tendo sido convidado pela população a dirigir-se para debaixo de uma grande árvore cuja sombra serviu para um grande comício popular.

Foi no meio de vivas que o camarada Presidente iniciou um breve improvisado, apesar de todo o esforço de fazer calar toda a massa possuída de grande contentamento.

Aqui, o primeiro dirigente da Nação começou por se manifestar contente pela forma como foi recebido «pois isso demonstra que o PAICC está cada vez mais forte, e que a batalha de reconstrução nacional está a contar com o povo para vencer como vencemos o colonialismo

português». Mais adiante referiu-se aos grandes projectos do Governo nos planos de desenvolvimento nos campos da saúde e educação pois, «só com um povo são, forte e instruído e que podemos aspirar com uma pátria livre sonhada pelo camarada Amílcar Cabral».

A exemplo do que sucedeu em Quinhamel e Bissá, em Ondame, foi alvo de uma das mais espetaculares manifestações que culminaram com um comício onde o camarada Presidente dirigiu algumas palavras à população. Falou da vida e da luta do nosso Partido, dos planos elaborados e a elaborar pelo nosso Estado, tendo em vista a criação de um país livre, onde o nosso povo possa viver em paz e felicidade. Referiu-se também às próximas eleições, apelando ao povo a escolher os seus legítimos representantes «porque só assim é que poderemos consolidar e reforçar as grandes conquistas já alcançadas pelo nosso povo».

LISBOA — Terminou já a contagem das 304 câmaras portuguesas dos boletins de voto para as eleições das autarquias locais de 1976. Os resultados foram os seguintes:

Partido Socialista: 651 mandatos — 115 presidências da câmara — 33,24 por cento; Partido Social Democrata: 623 mandatos — 115 presidências e 24,27 por cento; Frente Eleitoral «Povo Unido»: 267 mandatos 37 presidências e 17, por cento; Centro Democrático Social: 217 mandatos — 36 presidências e 16,61 por cento; Grupos Dinamizadores de Unidade Popular: 5 mandatos e 2,51 por cento. A votação correspondeu à percentagem de 64,55 por cento para o número de 6 460 582 eleitores inscritos. Nas urnas entraram 4 170 494 boletins dos quais 89 514 em branco, tendo sido anulados 203 290. Abstiveram-se 2 290 034 eleitores, correspondendo à percentagem de 25,24. Entretanto, para uma visita oficial ao Brasil partiu ontem o primeiro ministro português, Mário Soares.

PARIS (AFP) — Em Doha, capital de Qatar, abriu ontem de manhã a 48.ª conferência ministerial da OPEP (Países Exportadores de Petróleo). As decisões que poderão ser tomadas, depende o futuro económico de vários países industrializados ou em vias de desenvolvimento.

CABO (AFP) — Duas bombas e o m panfletos explodiram ontem à hora do jantar nos dois principais jardins do Cabo — Grande Parada e Green Market — semeando o pânico entre a multidão. A polícia interveio e recolheu alguns panfletos, intitulado «A luta continua» e «A vitória é certa», e distribuídos segundo um método utilizado diversas vezes nestes últimos anos pelo Partido proibido. «Congresso Nacional Africano» da África do Sul.

LONDRES (AFP) — O presidente britânico da conferência sobre a Rodésia, o embaixador Ivor Richard, chegou ontem à tarde a Londres, vindo de Genebra.